

Dom Cappio inicia novo jejum em
protesto à transposição do São Francisco

Página 5

O holocausto Guarani: povo vive
confinado em 30 mil hectares de terra

Páginas 6 e 7

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXX · Nº 301 · Brasília-DF · Dezembro - 2007
R\$ 3,00

ISSN 0102-0625



Caminhos do Oiapoque

Povos que vivem no Amapá enfrentam as contradições impostas pelo contato das comunidades indígenas com a sociedade envolvente e buscam amenizar os impactos da BR-156 sobre seus territórios e populações

Páginas 8 a 10

O saldo de 2007 para os povos indígenas

De dezembro chegou e trouxe a necessidade de avaliar o ano que se encerra. Momento para não deixar cair no esquecimento as omissões, perdas e violências que marcaram os povos indígenas no Brasil. O assassinato de 39 indígenas no Mato Grosso do Sul - dentre eles o da liderança Ortiz e da rezadeira Xuretê - são exemplos da passividade do Estado diante da necessidade urgente de demarcar todas as terras tradicionais indígenas. O desespero ronda cotidianamente os 40 mil Guarani Kaiowá que vivem espremidos em 30 mil hectares de terra no MS.

Também foi mais um ano de espera para os Pataxó Hã-Hã-Hãe, no sul da Bahia. Há 25 anos, o povo luta pelo direito de voltar a viver em seu território tomado por fazendeiros. Em Raposa Serra do Sol, Roraima, os povos indígenas não puderam usufruir de suas terras já homologadas porque, até o momento, o governo não foi capaz de retirar os arroteiros que invadiram a área.

Os Guajajara, no Maranhão, sentiram na pele a fúria dos madeireiros. Em fevereiro, a comunidade de Bacurizinho foi expulsa e teve suas casas incendiadas. A ação deixou dois mortos. Em outubro, a terra Araribóia foi invadida por 15 homens armados que deixaram o saldo de duas pessoas baleadas e uma comunidade apavorada.

O ano de 2007 também vai ficar registrado pelo anúncio do PAC e o início das obras da transposição do rio São Francisco. Sem ouvir as comunidades tradicionais, o governo federal desvia o curso do já cansado Velho Chico para beneficiar grandes empreendimentos. Porém, os Truká, em Pernambuco, e os Tumbalalá, na Bahia, seguem resistindo

à invasão de seus territórios pela transposição.

E são exemplos de luta como os dos Truká e dos Tumbalalá que nos levam a refletir sobre as vitórias alcançadas pelos povos indígenas em 2007. Apesar de o cenário estar distante da condição de vida a que os povos têm direito, não podemos encerrar o ano sem lembrar que 2007 foi também marcado por conquistas preciosas.

Durante o Abril Indígena foi instalada a CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista), um importante espaço de disputa política onde os povos podem propor diretrizes à política indigenista e acompanhar a tramitação de projetos de lei.

Foram declaradas ao longo do ano 17 terras indígenas e homologadas outras cinco. Em agosto os Tupinikim e os Guarani, do Espírito Santo, comemoraram, após décadas de luta, a declaração de suas terras que se encontravam invadidas pela Aracruz Celulose.

No mundo todo, os povos indígenas comemoraram a aprovação

da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas pela ONU, instrumento que recomenda as nações a respeitarem as formas políticas, sociais e jurídicas dos povos indígenas.

Os Guarani, apesar da degradada situação em que vivem, demonstraram sua força com o lançamento da campanha Povo Guarani, Grande Povo! Junto a apoiadores, o povo que se encontra espalhado por quatro outros países da América do Sul fortaleceu sua articulação e intensificou a luta por seus direitos.

Que os caminhos abertos neste ano que se encerra conduzam os povos indígenas a destinos mais felizes em 2008! Não deixemos que as violências praticadas contra os povos sejam motivo de desânimo. Ao contrário, que as dificuldades nos façam olhar para os povos indígenas ainda com mais respeito e a inspiração de quem, mesmo diante de tantos contratemplos, encontra força e vivacidade pra continuar ecoando um grito de resistência e amor à vida, à terra e à natureza. ■

MARIOSAN



Quem dá mais

Como se já não bastasse a privatização de grandes empresas e prestadoras de serviços brasileiras, o governo agora quer entregar de bandeja a floresta amazônica. O Ministério do Meio Ambiente lançou no dia 14/11 o primeiro edital para exploração comercial de madeira em floresta na Amazônia. A área é a Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, de 96 mil hectares. O argumento para justificar as concessões é o de evitar o desmatamento e a grilagem de terras. O governo aposta tanto no negócio que já prepara um novo pacote com mais de um milhão de hectares para licitar no próximo ano na área da BR-163 (Cuiabá-Santarém), oeste do Pará. O que mais falta virar mercadoria nesse país?

Por que é assim?

Até Miriam Leitão pergunta. Em artigo publicado em "O Globo" a economista indaga o empresário José Pessoa de Queiroz Bisneto sobre as condições degradantes em que foram flagrados 831 indígenas que trabalhavam em uma das suas usinas no Mato Grosso do Sul. "Ô Miriam, você me desculpe, mas se há uma empresa que zela pelo social somos nós. Zelamos pela qualidade de vida dos nossos colaboradores. Achar alguma coisa errada numa empresa a 400 Km da capital, no meio do mato, é fácil. Foi um acidente. Acidentes acontecem", respondeu José Pessoa. Alguém pode explicar porque tantos "acidentes" acometem os povos indígenas?

De que lado a comissão está?

A Câmara dos Deputados instalou comissão para analisar projetos de lei que tratam da exploração mineral em terras indígenas contrariando a posição da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) de analisá-los no conjunto do Estatuto dos Povos Indígenas. Membros da comissão defendem a possibilidade de os indígenas lucrarem com exploração mineral. Porém, alguns povos, como os Yanomami, têm posição contrária à mineração por causa da degradação ambiental que a atividade provoca. Hábil em apresentar respostas à pressão das empresas mineradoras, a comissão - que parece não estar muito preocupada em ouvir a opinião dos índios - esqueceu de esclarecer a quem de fato serão destinados os verdadeiros lucros da atividade nas terras indígenas.

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 04/12/2007

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

ISSN 0102-0625

APOIADORES

UNIAO EUROPEIA

HORIZONT 3000

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
PRESIDENTE

Paulo Maldos
ASSESSOR POLÍTICO

Clarissa Tavares
EDITORA
RP 01580JP/CE

Marcy Picanço
EDITORA
RP 4604/02 DF

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz
Benedito Prezia
Egon Heck
Nello Ruffaldi
Paulo Guimarães
Paulo Maldos
Paulo Suess

Editoração eletrônica:
Licurgo S. Botelho
(61) 3349-5274

Revisão:
Leda Bosi

Impressão:
Gráfica Teixeira
(61) 3336-4040

Administração:
Dadir de Jesus Costa

Redação e Administração:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651
Caixa Postal 03.679

CEP: 70.089-970 - Brasília-DF
E-mail: editor.porantim@cimi.org.br
Cimi Internet: www.cimi.org.br
Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 40,00
Ass. de apoio: R\$ 60,00
América latina: US\$ 25,00
Outros Países: US\$ 40,00

Política indigenista do governo Lula é somente discurso

Todos os graves problemas que afetam os povos indígenas estão diretamente relacionados ao PAC

Roberto Antonio Liebgott
Vice-Presidente do Cimi

O ano de 2007 foi marcado pelo anúncio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que nada mais é do que um amontoado de obras de infra-estrutura e de grandes investimentos agroindustriais da iniciativa privada com financiamento de recursos públicos. A fórmula de “aceleração” do crescimento parece ser essa: investimentos volumosos em obras que asseguram lucratividade a grandes conglomerados financeiros e um conjunto de ações compensatórias (bolsa escola, bolsa família...) para diminuir o impacto causado pela falta de políticas estruturantes voltadas à população.

O foco das obras do PAC não é a população empobrecida. Expandir investimentos, assegurar infra-estrutura para acelerar o crescimento tornou-se quase uma “lei universal” e, para tanto, não são questionados os caminhos e nem os impactos sociais, ambientais, econômicos e políticos que estas ações irão provocar.

Além dos incentivos às empresas que cultivam em larga escala o eucalipto, os pinos e a cana-de-açúcar, o governo está agora oficializando a privatização das florestas na Amazônia, entregando-as para a exploração de madeiras. Nestas florestas habitam diversos povos indígenas, alguns deles vivendo em situação de isolamento, devendo, portanto, ser protegidos pelo governo. Suas vidas são ameaçadas pelo avanço descomunal da exploração madeireira, que está sendo oficializada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Avaliação do Cimi

O que isso tem a ver com a política indigenista do governo Lula? O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou recentemente um balanço da política indigenista em 2007 onde aponta os graves problemas que afetam os povos indígenas e todos estão diretamente relacionados ao PAC.

O primeiro diz respeito à questão fundiária: existe uma grande lentidão



Foto: Otto Mendes/Cimi-NE

nos procedimentos de demarcação e desintrusão das terras indígenas, tendência que se observa desde o início do primeiro mandato do presidente Lula, e que se intensifica agora, porque muitos dos investimentos do PAC incidem sobre essas terras. Em 2007, foi baixo o investimento federal no que tange a esta demanda. Some-se a isso o fato da Funai estar completamente sucateada.

O segundo problema é a violência que tem atingido os povos indígenas. Neste ano, até o final de novembro, foram assassinadas 63 pessoas e somente no Mato Grosso do Sul foram mortas 39, sem contar as tentativas de assassinatos, as agressões e o confinamento em pequenas porções de terra. Há ainda que se destacar a exploração da mão-de-obra indígena nos canais onde um grupo de fiscalização encontrou 831 indígenas que trabalhavam em situação degradante, nas propriedades da Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool (Agrisul, CBAA e Usina Debrasa).

O terceiro problema diz respeito à própria política indigenista, que deveria estar amparada numa legislação que assegure a participação indígena nas discussões, planejamento e execução dos serviços. Para isso, é necessária a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que se encontra engavetado no Congresso desde 1994. A principal

Foto: Egon D. Heck



razão para que o Estatuto não seja colocado em votação parece ser a opção preferencial que a casa legislativa mantém pelos setores interessados na exploração das terras indígenas, tais como madeiras, mineradoras, latifundiários da soja, cana, eucalipto e gado. Os povos indígenas, na ótica dos referidos segmentos, devem ser tratados como

empecilhos e/ou como penduricalhos (expressão do presidente da República) a serem removidos pelo poder público e não como sujeitos merecedores de garantias constitucionais.

Com essa concepção, as terras indígenas ficam vulneráveis à aprovação de legislações específicas ou a grandes projetos voltados a atividades meramente exploratórias. Grave exemplo disso acontece na região Nordeste com a transposição do rio São Francisco que afronta a legislação ambiental, porque causará impactos irreversíveis ao meio ambiente, e desrespeita a Constituição Federal. É necessário considerar, principalmente, que a transposição do São Francisco afeta diretamente a vida e os interesses das populações ribeirinhas, das comunidades pobres que dependem dele para a subsistência e dos povos indígenas que mantêm vínculos históricos, místicos, sagrados e cotidianos com o rio.

O quarto problema relaciona-se à política de atenção à saúde. A terceirização e municipalização das ações e serviços é uma afronta à Lei Arouca (Lei 9.836/99) que define a implementação de um Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, tendo por base os Distritos Sanitários Especiais com autonomia administrativa e financeira. O Subsistema deve estar ligado ao SUS e ser

gestionado por uma Secretaria Especial vinculada ao Ministério da Saúde (MS), mas com responsabilidade exclusiva pela saúde indígena. Ao contrário disso, o governo insiste em manter convênios terceirizados com ONG's e prefeituras causando descontentamento nas comunidades indígenas e danos administrativos, financeiros, de acompanhamento às necessidades dos povos e, acima de tudo, impedindo a efetiva participação destes povos no controle, planejamento e execução dos serviços. Registra-se, em função disso, o alastramento de doenças como hepatite, malária, tuberculose, parasitoses, desnutrição e mortalidade infantil.

Os povos indígenas e as entidades indigenistas propuseram a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, mas a proposta foi remetida para o futuro. Em seu lugar, foi constituída a CNPI (Comissão Nacional de Política Indigenista) que acaba por ter um caráter de discussão e debates. Tanto é assim que, no que se refere à saúde indígena, o MS emitiu a Portaria 2656/2007 sem que o assunto fosse levado à CNPI e, na Câmara dos Deputados, foi formada comissão especial para discutir a mineração em terras indígenas, sendo que havia um acordo na CNPI de que esta matéria seria discutida no conjunto do Estatuto dos Povos Indígenas.

Diante de todas essas questões podemos concluir que o atual governo não tem interesse em se indispor com segmentos que ele considera estratégicos para a sua sustentação, nem com grupos econômicos que vislumbram grande rentabilidade financeira. Portanto, nesta conjunção de forças entre o capital e o social, os povos indígenas não passam de retórica (em discursos esporádicos) para agradar a alguns segmentos internacionais preocupados com a defesa dos Direitos Humanos no Brasil. ■

Acima: povos indígenas do MS são prejudicados pela plantação de soja.

Ao lado: acampamento pela não transposição do rio São Francisco, em Cabrobó (PE), julho de 2007

Mineração em terras indígenas

Câmara institui comissão para analisar projeto de lei que trata do assunto, contrariando posição dos povos indígenas

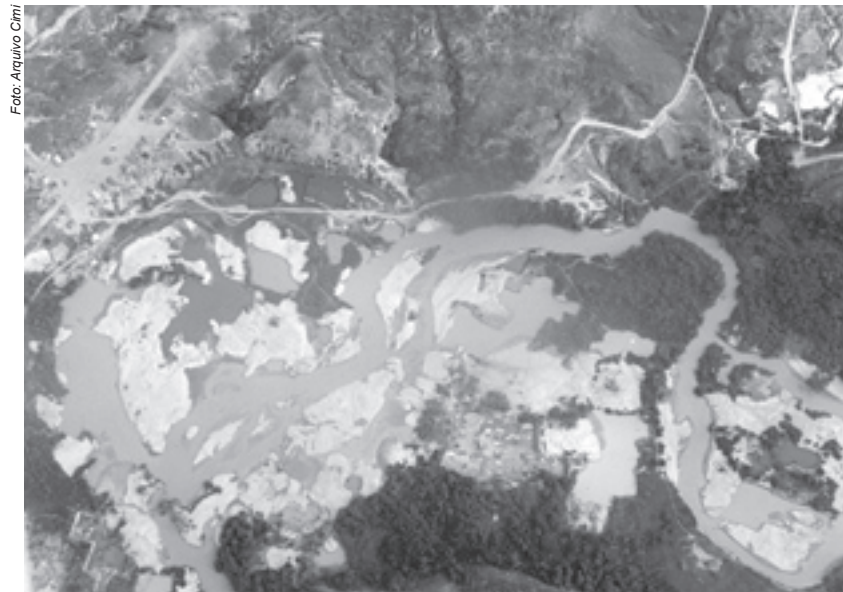
Paulo Machado Guimarães

Advogado e Assessor Jurídico do Cimi

No dia 7 de novembro, foi instalada na Câmara dos Deputados uma comissão especial para analisar o projeto de lei nº 1610, de 1996, do Senado Federal, que trata da exploração mineral em terras indígenas. Foram eleitos o deputado Édio Lopes (PMDB/RR) como presidente, a deputada Bel Mesquita (PMDB/PA) como vice-presidente e o deputado Eduardo Valverde (PT/RO) para a relatoria.

O projeto de lei nº 1610/96, do senador Romero Jucá (PMDB/RR), baseia-se - com algumas modificações - no capítulo sobre exploração mineral em terras indígenas contido no substitutivo aos projetos de lei que tratam do novo Estatuto dos Povos Indígenas. Este substitutivo foi aprovado por comissão especial em junho de 1994 e substituiu as três propostas anteriores que tramitam na Câmara dos Deputados (Estatuto das Sociedades Indígenas, Estatuto das Comunidades Indígenas e Estatuto dos Povos Indígenas), na tentativa de superar o defasado Estatuto do Índio, de 1973, em vigor atualmente.

Desde 6 de dezembro de 1994, portanto há 13 anos, os três projetos de legislação indigenista e o substitutivo da comissão especial aguardam que a Mesa Diretora da Câmara submeta o recurso apresentado contra a decisão da comissão especial, para que o substitutivo por ela aprovado seja submetido ao plenário da Câmara dos Deputados.



Em 1997 e 1998, forças políticas e parlamentares tentaram por três vezes aprovar a tramitação do projeto de lei 1610/96 em regime de urgência, mas não conseguiram. Na ocasião, predominou a preocupação de líderes partidários, que impediram essa tramitação, em decorrência da paralisação das discussões sobre o Estatuto dos Povos Indígenas. Em março de 2005, o então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, criou nova comissão especial para apreciar o projeto de lei sobre mineração. No entanto, esta comissão jamais foi instalada.

Desrespeito aos indígenas

Agora, porém, o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), resolveu instalar a referida comissão especial sobre o projeto de lei 1610/96. Justo no momento em que os representantes indígenas, indigenistas e do governo federal, reunidos na Co-

missão Nacional de Política Indigenista (CNPI), concordaram em impulsionar o debate entre os povos indígenas, a fim de que a discussão sobre o Estatuto dos Povos Indígenas venha a ser retomado pela Câmara dos Deputados.

Chama atenção a completa desconsideração do presidente da Câmara em relação ao posicionamento político adotado pelos povos e organizações indígenas. No encerramento do acampamento Terra Livre, em abril deste ano, no Senado Federal, os povos e organizações indígenas afirmaram, em ato público, não admitirem que qualquer matéria seja tratada fora do Estatuto dos Povos Indígenas.

Sobre o Estatuto dos Povos Indígenas, as lideranças indígenas admitem que o recurso apresentado em 1994 venha a ser aprovado pelo plenário da Câmara para que, após a apresentação de emendas de plenário, seja constituída nova comissão especial para apreciar

estas emendas e repactuar os termos de um novo substitutivo, tendo em vista o tempo destes 13 anos.

Problemas normativos e pressões políticas

Seja no substitutivo da comissão especial do Estatuto dos Povos Indígenas aprovado em 1994, seja no projeto de lei 1610/96 que trata da mineração em terras indígenas, identificam-se graves problemas normativos. Em ambos os casos, não são tratadas condições específicas exigidas pela Constituição Federal. A decisão prévia sobre a autorização para a pesquisa e lavra de minérios em terra indígena - antes da escolha da empresa que venha a pesquisar e explorar o minério - é retirada do Poder Legislativo. Além desse fato a previsão de que a consulta às comunidades indígenas será realizada por órgão do Poder Executivo e não pelo Congresso Nacional também representa um descumprimento, dentre outros, do que é previsto na Constituição Federal.

Por estas razões, impõe-se que as forças sociais e políticas no Brasil façam chegar aos parlamentares suas firmes ponderações. Não é correto nem legítimo que o Poder Legislativo da União trate de um projeto desta relevância de forma dissociada de uma lei que se destina ao tratamento das relações jurídicas entre os povos indígenas e as demais pessoas, empresas, entidades civis e religiosas e órgãos públicos.

Os interesses econômicos minerários se apresentam no atual cenário político com o discurso de que a demanda internacional por minérios justifica e determina a viabilização da exploração mineral em terras indígenas. As pressões destes grupos no contexto dos esforços desenvolvimentistas do governo federal podem, com certeza, explicar parte das motivações que resultaram na instalação desta nova comissão especial para tratar do projeto de lei 1610/96. Outros interesses políticos relacionados ao apoio de parlamentares da região Norte também podem contribuir para esclarecer as razões que possibilitaram a articulação dos interesses e resultaram na instalação desta comissão especial.

Sem prejuízo ao acompanhamento dos trabalhos da comissão especial, impõe-se intensificar as gestões e mobilizações políticas no sentido de que a questão da exploração mineral em terras indígenas seja tratada no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas. ■

Destruição em rio da Amazônia causada por garimpo e desmatamento

Garimpo clandestino, em Roraima, na área indígena de Raposa Serra do Sol. O garimpo foi descoberto pela polícia federal, em 1992



São Francisco na mira dos empresários

A transposição é apenas uma parte do grande esquema que visa a beneficiar grandes empreendimentos no Nordeste

Alexandre Fonseca
Cimi NE

Debaixo do sol forte, olhando as águas do rio São Francisco, seu Antônio Chico de 79 anos, liderança religiosa do povo Truká de Cabrobó, em Pernambuco, inspirado pelos “encantados”, começou a cantar:

“Nós não aceita, não. Nós não aceita. Os empresários acabar com o São Francisco. O São Francisco é obra da natureza. O São Francisco é o pai dos ribeirinhos. Os empresário têm olho grande de verdade. Os empresário têm ganância pra valer”.

Depois de compor em verso, seu Antônio Chico ensaia em prosa:

“E cadê o lbama? Tá com a boca na sacola. Quando um pobre vai pegar um pau de lenha pra mode se alimentar, sobreviver, o lbama cai em cima com processo e mete o pobre na cadeia. Quando os empresários querem destruir a natureza de Pernambuco, Alagoas, o lbama tá com a boca na sacola, não tá dando fé, quer dizer: os empresários prendem o lbama. Só isso”.

As palavras de seu Antônio Chico traduzem o pensamento das comunidades indígenas e camponesas que habitam a região afetada pelo projeto da transposição.

Um grande negócio

A transposição do rio São Francisco é apenas um dos tentáculos de um grande negócio que começa a ser implementado em todo o Nordeste brasileiro. Trata-se de uma obra de infra-estrutura para acolher empresas privadas de capital internacional que estão vindo se instalar nesta rica e linda região.

O negócio prevê dois tipos de ocupação e utilização do território nordestino. Na costa litorânea, está focado na exploração do turismo com instalações de redes de hotéis e resorts. Através de recursos do Banco Mundial, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os governos estão investindo em obras de infra-estrutura para a costa nordestina.

Um desses investimentos é a construção da estrada litorânea que começa no sul da Bahia (Linha Verde) e se estende até os lençóis maranhenses. A modernização dos aeroportos constitui outro fator, assim como a urbanização de centenas de quilômetros da costa, atingindo populações tradicionais e povos indígenas, no caso do Ceará, os povos Anacé e Tremembé.

Já no sertão nordestino, a transposição visa beneficiar grandes em-



Foto: CPT

22 povos indígenas serão atingidos pela transposição

Povos	Localização
Truká, Pipipã, Kambiwá, Pankará, Pankararu	Pernambuco
Tumbalalá, Kanturaré, Tuxá de Rodelas, Tuxá de Ibotirama, Pankararé, Kiriri, Kaimbé, Xukuru-Kariri de Nova Glória, Xakriabá	Bahia
Xocó	Sergipe
Karuazu, Koiupanká, Kalankó, Katokim, Geripankó, Kariri-Xocó	Alagoas
Anacé	Ceará

preendimentos voltados à produção de aço, grãos, frutos tropicais e flores para exportação. As obras de infra-estrutura que darão suporte a estes negócios incluem a construção de dois portos - de Suape, em Pernambuco, e do Pecém, no Ceará - que já se encontram em funcionamento. Também faz parte desse projeto a construção da ferrovia transnordestina, que irá interligar sete estados do Nordeste e transportará os minérios de Carajás, no Pará, que chegam ao Maranhão até o porto do Pecém (CE). A ferrovia dará acesso às futuras bases de produção agrícola do sertão,

facilitando o escoamento dos grãos e demais produtos.

Para fornecer a energia necessária ao funcionamento dos grandes empreendimentos, serão instaladas dezenas de usinas termelétricas, redes de gasodutos, barragens, hidrelétricas e redes de retransmissão de energia elétrica. Já a água para todo este empreendimento virá da transposição do rio São Francisco.

Luta dos povos tradicionais

A luta contra a transposição do rio São Francisco deve ser compreendida dentro da grande luta contra os mercados mercenários que vêm saqueando nossos povos e nossas riquezas desde o século 16. Esta obra de infra-estrutura atinge os povos indígenas do começo ao fim. Começa em dois territórios indígenas: o dos Truká, em Pernambuco, e dos Tumbalalá, na Bahia. Na extremidade final, atinge o povo Anacé, no Ceará.

Centenas de Anacé foram expulsos de seu território e relocados em três assentamentos. Parte de suas terras foi invadida por canais de transmissão que destinarão a água do São Francisco - por meio da transposição - para a produção de aço na siderúrgica do Pecém, ainda não instalada.

Impedir a transposição do rio São Francisco é uma ação urgente e necessária à sobrevivência dos povos tradicionais. Porém, não pode ser entendida como um instrumento suficientemente eficaz para impedir esta invasão colonial moderna. Tem que ser compreendida como parte de um esquema ainda maior.

A vitória contra a transposição será um grande passo para os povos que lutam por uma terra livre. ■

Governo inicia as obras de transposição do rio São Francisco

Frei Luiz Cappio inicia novo jejum e pede arquivamento da transposição

Marcy Picanço
Repórter

O frei Luiz Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra (Bahia), iniciou em 27 de novembro um novo jejum em protesto à transposição do rio São Francisco. Ele está recolhido na Capela de São Francisco, no município de Sobradinho (BA).

O bispo enviou uma carta ao presidente Lula, onde informa que só suspenderá o jejum após a retirada do Exército do canteiro de obras da transposição e o arquivamento do projeto. Ele afirma que o presidente enganou a ele e a toda a sociedade, pois não honrou o compromisso assumido em outubro de 2005. Na ocasião, Dom Cappio suspendeu um jejum de 11 dias, após Lula ter se comprometido a suspender o processo da transposição e iniciar

um amplo diálogo sobre o projeto com a sociedade.

No entanto, em janeiro deste ano, o governo anunciou que a obra estava na lista de projetos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Em fevereiro, Dom Cappio protocolou uma carta ao presidente Lula solicitando a reabertura do diálogo, mas não teve resposta. Em junho, o governo federal enviou o Exército para iniciar a primeira etapa da transposição.

Na avaliação de Dom Cappio, a melhor alternativa para a população do semi-árido são as 530 obras sugeridas pela



Foto: João Zinclar

Dom Luiz Cappio recebe apoio da população

Agência Nacional de Águas (ANA) em seu Atlas do Nordeste e que seriam suficientes para abastecer os 1,3 mil municípios da região ou 34 milhões de habitantes a um custo muito inferior ao da transposição, R\$ 3,3 bilhões contra R\$ 6,6 bilhões.

O Holocausto do povo Guarani Kaiowá

Asfixiados em 30 mil hectares de terra, cerca de 40 mil Guarani Kaiowá enfrentam crescentes taxas de homicídio e o aliciamento das usinas de cana-de-açúcar

Cristiano Navarro
Cimi Regional MS

Há pelo menos duas décadas a tragédia do povo Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul tem sido anunciada. As projeções de uma grande população em explosão demográfica vivendo em pequenas porções de terra apontavam o caminho de um quase silencioso genocídio em curso.

Confinado e submetido a um sistema escravocrata que se impõe reprimindo qualquer tipo de organização, o povo Guarani Kaiowá se vê condenado a uma sina de morte por assassinatos, suicídios e fome. Nos últimos anos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) tem divulgado o alarmante crescimento do número de assassinatos. Em 2003, foram registrados 13 homicídios. Em 2004, o número chegou a 19 e, no ano seguinte, a 28. Em 2006, foram registrados 20 casos e até novembro deste ano, o número chegou a 39 assassinatos.

Milícias contratadas por fazendeiros também são responsáveis pela execução de indígenas, como ocorreu em 2005, quando um segurança da empresa Gaspem matou o Guarani Kaiowá, Dorvalino Rocha, na terra indígena Nanderu Marangatu. Este ano, foi assassinada a rezadeira Xuretê Lopes, de 70 anos, na terra indígena Kurussu Ambá. Ela foi morta durante uma retomada de sua terra tradicional e a suspeita é de que os assassinos sejam pistoleiros contratados por fazendeiros. Segundo os dados recolhidos pelo Cimi, de 2004 a 2007, foram 12 casos de execução sumária de indígenas.

Pouca terra

No levantamento do Ministério Público Federal, a soma de todas as terras ocupadas atualmente pelos Guarani Kaiowá está em torno de 30,4 mil hectares para mais de 40 mil pessoas – a maior população de um povo indígena no país.

A falta de terra e de uma política para produção de alimentos têm gerado um quadro de fome que coloca em risco principalmente as crianças menores



de cinco anos. Uma prova da fragilidade alimentar dessas comunidades aconteceu em janeiro e fevereiro deste ano, quando depois de dois meses de suspensão da cesta básica sete crianças morreram de desnutrição.

Com perspectivas sombrias para o futuro, os jovens entre 12 e 18 anos são as principais vítimas de uma epidemia de suicídio que atinge este povo. A média é de 100 mortos para cada 100 mil, enquanto a média nacional é de 4,5 mortos para cada 100 mil pessoas, de acordo com o Ministério da Saúde.

Segundo a Funasa, a expectativa de vida entre os Guarani Kaiowá é de 45 anos. Já a expectativa de vida entre os brasileiros, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 72 anos.

Política pública genocida

Dos 39 assassinatos ocorridos este ano dois foram encomendados por fazendeiros. Os outros 37 foram provocados por motivos banais. Destes, todos foram efetivados sob estado de embriaguez ou sob efeito de drogas. As armas utilizadas nos crimes foram sempre facões ou foices.

A distribuição de cachaça, droga e facão é a principal política do governo e do Estado para acabar com o problema Guarani Kaiowá. “Vão acabar com o problema acabando com o povo, fazen-



do a gente se matar”, alerta Anastácio Peralta, articulador do Movimento dos Professores e Lideranças em Defesa dos Direitos Guarani Kaiowá.

A violência entre os Guarani Kaiowá segue a lógica da sociedade que o aprisiona. Sem condições de uma vida equilibrada para todos, a sobrevivência é cada um por si. É consenso entre os antropólogos e historiadores que a desestruturação do modo de vida tradicional acontece com a falta de terra. “Quando não há espaço para a vida comunitária acontece a fragmentação de uma comunidade, de uma família. Essa fragmentação é a individualização de cada membro desta comunidade”, explica o antropólogo Levi Marques, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

“Pra gente é impossível 15 mil pessoas viverem em comunidade em 3,5 mil hectares” completa a professora Guarani Kaiowá, Teodora de Souza, referindo-se ao caos em que vive a aldeia de Dourados, onde aconteceram mais da metade dos assassinatos deste ano.

Fotos: Egon D. Heck



Acima: despejo dos Guarani Kaiowá de Nanderu Marangatu, em dezembro de 2005.

À direita: povo Guarani Kaiowá durante retomada de Kurussu Ambá, seu território tradicional, em janeiro deste ano.

À esquerda: povo Guarani realiza seu Aty Guassu (assembléia) da fronteira, na aldeia de Sombrerito, na divisa com o Paraguai.

Trabalho desumano

Nesse cenário, a oferta de trabalho nas usinas de cana encontra no desespero da situação Guarani Kaiowá a mão-de-obra ideal para o seu mega projeto. Por R\$ 500 ao mês, homens adultos e adolescentes deixam suas famílias e, muitas vezes, a escola para trabalhar entre 12 e 14 horas ao dia no corte de cana.

Na maioria dos casos, as usinas não oferecem nenhuma condição. Neste ano, 950 trabalhadores indígenas foram flagrados em situação de trabalho degradante nas usinas. No dia 13 de novembro, foram encontrados 831 trabalhadores indígenas sem água numa usina da Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool/Agrisul, em Brasilândia. A interdição da usina aconteceu depois da ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, composto por Auditores Fiscais do Trabalho, Ministério Público do Trabalho (MPT) e Polícia Federal.

Antônio Brand, historiador da Universidade Católica Dom Bosco, acredita que o projeto da cana, além de atender aos interesses econômicos internacionais, é pensado pelas elites como uma forma de contornar o conflito pela terra, levando a mão-de-obra do homem para fora das aldeias. “Mas isto é empurrar com a barriga um problema histórico, por que amanhã ou depois essa alternativa não será mais viável”, contesta o historiador. Brand chama a atenção para um cenário ainda mais caótico “o que vão fazer esses homens com a mecanização das lavouras?”.



Outro fator que gera impossibilidade de uma vida equilibrada está na degradação ambiental. Segundo levantamento do Ibama, da mata original na região, que é semelhante à Mata Atlântica, restaram apenas 2%. Foi sobre este ecossistema, praticamente inexistente hoje, que o povo Guarani Kaiowá sustentou o modo de vida tradicional desde a sua chegada na região – por volta do ano 100 ou 200 dC. “Sem nossas caças, o rio e nossos remédios da mata, a gente fica fraco física e espiritualmente, alguns perdem até a vontade de lutar”, resse Amilton Lopes, tradicional liderança Guarani Kaiowá.

Tempo da Justiça

Recentemente, lideranças indígenas, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio (Funai) e Ministério da Justiça assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) onde se declara a intenção de o Estado acelerar o processo de reconhecimento de 32 terras indígenas do povo Guarani Kaiowá, enviando grupos de trabalho para identificação das áreas assim que possível.

No entanto, seguindo todos os trâmites determinados pela Constituição e contando com a boa vontade política do governo, com a qual os povos indígenas historicamente não têm contado, não

há em um horizonte próximo qualquer possibilidade de solução estrutural para o drama. “O reconhecimento dessas terras aliviaria o problema, mas temos que ter em conta que estes processos devem demorar no mínimo cinco anos”, pondera Levi Marques.

Enquanto o processo de reconhecimento permanece parado e o genocídio Guarani Kaiowá segue seu curso, a elite latifundiária local e investidores internacionais lucram com a produção de cana para o álcool. O IBGE afirma que para 2008 o ritmo de crescimento da área de plantio de cana é de 30% (199,7mil hectares em 2007 para 260 mil hectares). O IBGE aponta ainda que não só os Guarani têm perdido com o aumento da produção de cana para combustível. A diminuição da produção de gêneros alimentícios tem levado à alta dos preços do feijão, da mandioca e do milho.

Pode demorar mais

Um exemplo do tempo de espera está na terra Ñanderu Marangatu, homologada pelo presidente Lula em 23 de março de 2005, com 9.316 hectares. Depois de 20 anos de luta da comunidade, em julho de 2005, o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, decidiu liminarmente suspender os efeitos da homologação. Os fazendeiros, por

meio de um mandado de segurança, pediram que o STF suspendesse os efeitos da homologação até que seja concluído um processo de interrupção da demarcação que corre na Justiça Federal em Ponta Porã.

Em 15 de dezembro de 2005, mais de 200 polícias federais, usando helicópteros e armas, tiraram cerca de 700 indígenas que viviam em 500 hectares. Os indígenas montaram acampamento na estrada ao lado da terra e lá ficaram por seis meses. Desde o despejo, os Guarani têm pedido ao STF que julgue o mérito do mandado de segurança e mantenha o direito do povo à terra homologada. O relator do caso é o ministro Cezar Peluso.

A comunidade de Ñanderu Marangatu tem denunciado freqüentes agressões e ameaças por parte dos fazendeiros. Em consequência das denúncias, no dia 8 de novembro, dois fuzis calibre 7,62 mm – um deles com o brasão do Exército Brasileiro – foram apreendidos pela Polícia Federal na fazenda Fronteira. Os fuzis são armas rivativas das Forças Armadas. A PF também apreendeu dois revólveres, uma espingarda calibre 22 e uma escopeta calibre 12. Uma pessoa, o capataz da fazenda Fronteira, foi preso. A fazenda pertence ao ex-prefeito de Antônio João, Dácio Queiroz (PMDB). ■

Quatro indígenas são baleados em despejo no MS

Marcy Picanço
Repórter

No dia 17 de novembro, quatro indígenas Guarani Kaiowá foram baleados numa ação de despejo organizada por fazendeiros no Mato Grosso do Sul, próximo ao município de Amambai. Um grupo de cerca de 100 Guarani havia retomado parte de sua terra tradicional, chamada Kurussu Ambá, na quinta-feira, 15 de novembro. Eles chegaram a montar algumas barracas na área, sob vigilância de “seguranças” dos fazendeiros.

Alguns fazendeiros acompanhados dos “seguranças” tentaram fazer um acordo com os indígenas. Eles ofereceram uma vaca e algumas cestas básicas para que os Guarani deixassem a área. Segundo uma das lideranças da comunidade, eles não aceitaram a oferta, mas temendo serem expulsos com muita violência, pediram um caminhão para que os fazendeiros os levassem de volta para a aldeia Taquapery, onde estavam antes.

A viagem de volta foi acompanhada por Christiano Bortolotto, presidente do Sindicato Rural de Amambai, em uma caminhonete. Ao desembarcarem do caminhão, tiros foram disparados na direção dos indígenas. Neo Lopes de 35 anos, Gilmar Batista de 22, Astúrio Benites de 23 e Angélica Barrios de 22 anos foram atingidos. Angélica foi internada e os demais voltaram à aldeia. Na confusão, uma das pessoas que atacava os indígenas também ficou ferida.

A administração da Funai em Dourados foi informada da retomada no dia 15/11, mas durante a ocupação nem a Funai, nem a Polícia Federal foram à área. Após o confronto em Taquapery, a base da Funai em Amambai acionou a Polícia Federal de Ponta Porã, para onde o processo foi encaminhado.

Os indígenas perderam o material de seus barracos e, por isso, muitas pessoas ficaram expostas à forte chuva que atingiu a região. ■

13º encontro dos professores e lideranças Guarani Kaiowá

Realizado entre 15 e 17 de novembro, na terra indígena Sossoró, município de Tacuru/MS, o encontro reuniu mais de 400 participantes para debater o tema “A Sociedade Capitalista está destruindo nosso Nhande Reko (Nosso Modo de Ser)”. Combater o modelo de exclusão é tomar para si a sua luta por outro futuro. “Não aceitaremos nenhum tipo de decisão tomada sem a par-

ticipação dos nossos representantes, quando envolvem questões que nos dizem respeito, representantes estes que têm de ser participantes ativos do Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá que convivem no dia-a-dia das comunidades, escolhidos em momentos coletivos”, assinam caciques, rezadores, rezadoras, professores e lideranças no documento final do encontro.

Caminhos do Oiapoque

A finalização das obras da BR-156 ameaça a vida e a tradição na terra indígena Uaçá, estado do Amapá. Na defesa de seus direitos, os povos indígenas exigem que sejam adotadas medidas para amenizar os impactos

Clarissa Tavares
Editora do Porantim

A nuvem de poeira que invade a sala de seu Manoel Macial revela que ali, a poucos metros da porta de casa, passou um carro. Seu Manoel é morador e liderança antiga da aldeia Tukay que fica à margem da BR-156, no município de Oiapoque, estado do Amapá. Mudou-se com outras famílias para aquele lugar há mais de vinte anos quando foi aberta a estrada por dentro da terra indígena Uaçá. Dos cerca de 135 quilômetros da rodovia no município de Oiapoque, aproximadamente 80 atravessam ou margeiam a terra indígena Uaçá.

A BR-156 tem início na cidade de Laranjal do Jarí, oeste do Amapá (fronteira com o Pará), e se estende até o município de Oiapoque, no extremo norte do Brasil. São ao todo 804 quilômetros de estrada, dos quais cerca da metade estão asfaltados e o restante, que inclui a terra indígena, segue na piçarra.

Nos 40 quilômetros em que atravessa a terra Uaçá, a BR-156 contabiliza em sua margem oito comunidades indígenas dos povos Karipuna, Galibi-Marworno e Palikur. A estrada separa a área onde vive a maior parte das populações tradicionais das nascentes dos rios Urucauá, Uaçá e Curipi – pertencentes à terra indígena – que são determinantes da vida nas aldeias. Dos rios vem o sustento através da pesca e é ele também que fertiliza o solo para a agricultura e possibilita o acesso às comunidades mais isoladas.

Contato que ameaça a vida e as tradições

Para as populações indígenas, a BR-156 ao mesmo tempo em que proporciona acesso facilitado a diversos serviços – como o atendimento à saúde, a comercialização de farinha e frutas produzidas nas aldeias, a compra de produtos na área urbana – também representa ameaças ao território e ao modo de vida tradicional.

Proteger os rios é uma preocupação permanente. “Ficamos com medo de invasão na nossa terra por pessoas desconhecidas e com o que elas podem jogar no rio. Se poluírem o rio, a sujeira vem bater aqui e vai contaminar nossos peixes. O efeito que a estrada pode causar parece longe de nós que vivemos aqui, mas na verdade também afeta nosso povo”, expli-

ca Gilberto Yaparrá, do povo Palikur que vive na aldeia Kumenê, situada à margem do rio Urucauá e distante cinco horas de voadeira da área urbana de Oiapoque. Além da poluição, os moradores temem a invasão de madeireiros, garimpeiros e caçadores em seus territórios.

Porém, as conseqüências da estrada para as comunidades indígenas não se

resumem às ações diretas como as invasões e a degradação do meio ambiente. O contato com o modo de vida da sociedade envolvente – que será agravado ainda mais após a finalização das obras da BR-156 – tem ocasionado mudanças na saúde, na organização social, nas atividades produtivas e nas manifestações culturais dos povos do lugar.

Fotos: Clarissa Tavares



BR-156 entre a vida e o progresso

A BR-156 é a única estrada federal no Amapá. Planejada desde 1943, quando o estado foi desmembrado do Pará, começou a ser construída na década de 1980 e nunca foi finalizada. Atualmente a abertura da via encontra-se concluída, mas ela não está totalmente asfaltada.

A conclusão dos trabalhos ganhou novo fôlego com a inclusão da obra no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal. A rodovia chegará até a fronteira com a Guiana Francesa e será estendida à ponte sobre o rio Oiapoque que ligará o Brasil à cidade de Saint George, em território francês. “Como faz parte do PAC, o governo destinou para o próximo ano R\$ 120 milhões para construção da

BR-156”, revela o governador do Amapá, Waldez Góes.

Porém, no trecho em que a rodovia atravessa a área indígena Uaçá, no município de Oiapoque, a licença ambiental, para que o asfaltamento prossiga, não foi renovada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O motivo foi o não cumprimento por parte do governo das medidas compensatórias e mitigatórias exigidas pelos povos indígenas para amenizar os impactos da estrada nas suas terras e nas comunidades.

O superintendente do Ibama no Amapá, Edvan Barros de Andrade, acredita que o Estado deveria ter se antecipado em ordenar o uso e a ocupação do território ao longo da BR-156. “Na medida em que o Ibama renova a licença só até o limite

da área indígena, deixando esta de fora da obra de asfaltamento, ele reconhece a necessidade de o governo cumprir as condicionantes na terra indígena”, afirma.

Mas a questão não pode ser resumida ao impasse entre o governo, que insiste no potencial desenvolvimentista da rodovia para o estado, e os povos indígenas, prejudicados com a invasão do seu território e todas as conseqüências dessa ação.

Segundo parecer da assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), antes do interesse do poder público federal e estadual, no sentido de efetivar o asfaltamento da estrada, é imprescindível esclarecer sobre a possibilidade constitucional de se empreender uma obra como a BR-156 em terra tradicionalmente ocupada por índios.



Apesar da distância do centro urbano de Oiapoque, as comunidades enfrentam as contradições resultantes do modelo de vida imposto pela sociedade envolvente

O aparecimento de doenças nunca antes detectadas como a diabetes, o câncer de mama e de colo do útero, a hipertensão, as doenças sexualmente transmissíveis – inclusive a AIDS – e o alcoolismo é relatado pelos moradores após o contato com a sociedade envolvente. O coordenador da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Amapá, Gervásio

Oliveira, reconhece a gravidade da situação, mas diz que a responsabilidade não é só da Funasa. “É também da Funai, dos governos municipal e estadual e de todos os segmentos da sociedade. Não podemos atribuir a responsabilidade a um só órgão. Não temos [a Funasa] recursos para resolver o tamanho do problema que vem aumentando dia a dia”, esquivava-se.

Sobre a questão, a gestora do Distrito Sanitário Especial Indígena do Amapá (DSEI), Marcela Dias, afirma que o plano do DSEI para o período 2008-2010 inclui a análise epidemiológica relacionada aos impactos nas comunidades indígenas da relação com os não índios. “Também vamos analisar os impactos causados pela BR-156. Esses contatos trouxeram diversos agravos à saúde indígena”, diz.

Outros fatores são as contradições geradas pela influência dos padrões de vida externos sobre as comunidades. A energia elétrica, por exemplo, levou facilidades para a vida na aldeia. Os alimentos podem ser conservados por mais tempo com a geladeira, há o conforto da luz elétrica, máquinas são utilizadas na fabricação de farinha e a preparação dos terrenos para

a agricultura é feita com o uso de serras elétricas.

Por outro lado, essas facilidades aliadas a outras mudanças têm levado alguns povos a um novo modo de vida. “Hoje o trabalho é feito de forma individualizada. Quase não tem mais mutirão. Cada família planta a mandioca e faz a sua farinha”, relata o professor Guisel Santos Narciso, do povo Galibi-Marworno, morador da aldeia Kumarumã. O mutirão que envolvia várias famílias da aldeia no desmatamento e na preparação do terreno para o cultivo de mandioca, banana, cará, cana-de-açúcar e batata doce vem dando lugar ao trabalho individualizado ou familiar.

O mesmo acontece na fabricação da farinha, principal atividade produtiva das aldeias. O processo artesanal está sendo substituído pelo uso de máquinas de ralar mandioca, trabalho que dispensa o envolvimento de toda a comunidade. Dona Elza Macial, merendeira da escola e liderança de Kumarumã, conta que há alguns anos participavam do mutirão homens, mulheres e até crianças. “Todo mundo se envolvia. Era um momento de integração da comunidade que hoje só



Crianças brincam na aldeia Sumaúma, à margem da BR-156. Nas fotos seguintes, as influências do mundo moderno que chegam a aldeias: antena parabólica, luz elétrica, telefone, TV e máquina de ralar mandioca têm causado mudanças no modo de vida de algumas comunidades.

Na compreensão da assessoria jurídica do Cimi, a construção da estrada na terra Uaçá retira a posse permanente dos indígenas sobre o trecho e impede que eles usufruam das riquezas naturais do solo, dos rios e lagos da terra que tradicionalmente ocupam.

O parecer sobre a BR-156 considera, com base na Constituição Federal, inválido qualquer ato que retire a posse e o usufruto das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. No entanto, aceita uma ressalva a esta regra ao admitir que atos de relevante interesse da União incidentes nestas terras possam ser admitidos, desde que previstos em lei complementar.

Ou seja, constitucionalmente, a única forma de regularizar esta situação consiste em prever em lei complementar

– aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República - que obras como a da BR-156, incidente na terra indígena Uaçá, é de relevante interesse público da União, bem como seu asfaltamento. Ocorre que esta lei complementar não existe. “Conseqüentemente, são nulos e extintos, quaisquer atos que visem a posse, o domínio ou a ocupação de terras tradicionalmente ocupadas por índios”, conclui o documento.

Para o procurador da República no Amapá, Fernando Aguiar a ausência da lei complementar não constitui impedimento para a finalização da obra. “Essa regulamentação ainda não existe, o que no meu entendimento não impede, constitucionalmente, o governo de fazer estrada em terra indígena desde que seja feita de

forma negociada com os índios e respeite suas questões culturais”, afirma.

Acordos não cumpridos

Mesmo diante da ilegalidade de construção da estrada como defende a assessoria jurídica do Cimi, a BR-156 foi aberta no território indígena. A promessa de um acordo a ser cumprido pelo governo levou os povos indígenas a autorizar a passagem da estrada.

No entanto, nada do que estava no acordo foi cumprido até agora. Para minimizar os impactos da estrada, os povos indígenas exigem, entre outras medidas, a reconstrução das oito aldeias que se encontram à margem da BR-156 em locais mais reservados, a construção de três unidades de saúde em diferentes aldeias e seis postos

de vigilância devidamente equipados para a fiscalização do local. “Nós não somos contra a estrada, como a população do Oiapoque vem falando. Mas queremos que sejam adotadas as medidas que preservem as comunidades indígenas”, explica o Galibi-Marworno Oberto Maciel.

Na tentativa de solucionar o impasse, foram desmembrados recursos do orçamento destinado à construção da BR-156 para cumprir o que estava previsto no Plano Básico Ambiental (PBA) acordado com as populações indígenas. “Conseguimos fazer com que R\$ 10 milhões do recurso de 2007 fossem relocados para as medidas do PBA com os povos indígenas. E pretendemos fazer o mesmo com o orçamento de 2008”, é o que garante o governador do Amapá Waldez Góes.

Brasil multilingüe

Histórias de repressão e resistência de línguas nativas brasileiras

Benedito Prezia

Coordenador da Pastoral Indigenista de São Paulo

Em novembro do ano passado o prefeito de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, finalmente sancionou a lei 145 aprovada pela Câmara Municipal em dezembro de 2002, que dispunha sobre a co-oficialização no município das línguas indígenas *nheengatu*, *tukano* e *baniwa*.

A lei reafirma que o português continua sendo o idioma oficial do Brasil, mas que, devido à diversidade étnica e lingüística da região, outras três línguas indígenas devem ser adotadas.

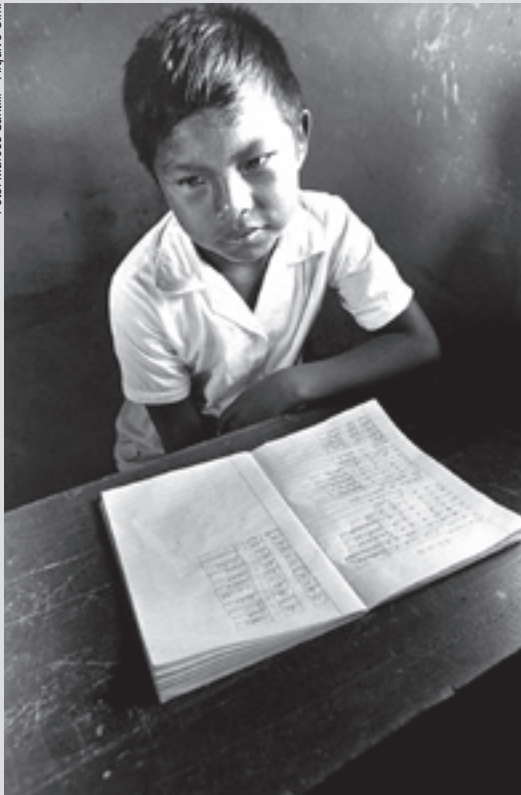
A oficialização de línguas co-oficiais é inédita no Brasil. Os povos indígenas originários e suas línguas desde muito cedo foram perseguidos no país. Remontando ao século 18, o rei de Portugal, Dom José I, orientado pelo Marquês de Pombal, proibiu o uso de línguas nativas no famoso “Diretório” para as Províncias do Pará e do Maranhão.

Esta lei dizia que “sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações que conquistaram novos domínios, introduzir logo nos povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos povos rústicos a barbaridade de seus antigos costumes”. E mais à frente dizia que “para desterrar este pernicioso abuso [o uso das línguas nativas], será um dos principais cuidados dos Diretores [de índios], estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa, não consentindo de modo algum que os meninos e meninas, que pertencem a estas escolas, e todos aqueles índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem a língua própria das suas nações, ou a chamada geral”.

Assim, a partir do século 18, foi proibido no Brasil o uso das línguas nativas. Em algumas províncias, como no Espírito Santo, a Câmara de Vitória ameaçava à prisão quem não falasse o português.

Bino, presidente da Associação Indígena SOS Pankararu, de São Paulo, repetindo a tradição oral do seu povo, afirma que no passado “quem tentasse falar o idioma materno, tinha a língua cortada”, explicando porque seu povo

Foto: Marcos Santilli - Arquivo Cimi



Menino Tukano sendo alfabetizado. Existem no Brasil 180 línguas indígenas

perdeu o idioma nativo. O certo é que no Brasil as línguas indígenas foram banidas da cultura nacional.

Repressão e resistência

Apesar de toda a repressão portuguesa, no início do século 19 a língua geral levada às vilas pelo tapuio (índigena desaldeado) continuava viva. A guerra da Cabanagem - revolta ocorrida na então província do Grão-Pará de 1835 a 1840 -, eliminou 40% da população da Amazônia e foi um duro golpe.

Mesmo assim a língua nativa era preocupante para as autoridades imperiais, fazendo com que Dom Pedro enviasse, em 1860, para a região o poeta Gonçalves Dias, a fim de avaliar como as escolas oficiais estariam “desabitando [as crianças] da língua geral, que falam sempre em casa e nas ruas, e em toda parte”.

Mas a cultura nativa continuava forte, o que levou a Igreja local a fazer com que os seminaristas tivessem na sua formação, em Belém, curso de *nheengatu* (a língua boa), nome que passou a designar a língua geral. Em 1909, Dom Frederico Costa, 2º bispo de Manaus, ao escrever sua carta pastoral trazia no apêndice um vocabulário, uma pequena gramática e orações na língua geral. O bispo já sentia que aos poucos o povo ia deixando de falar a língua nativa, embora continu-

asse sendo uma língua comercial. E dizia que “sem o conhecimento do *nheengatu*, infrutíferos serão os esforços para catechizar os índios”.

A chegada de outras ordens religiosas e a entrada de 300 mil nordestinos fugindo da seca fizeram com que aos poucos o *nheengatu* fosse banido do Amazonas. As escolas das missões passaram também a proibir o uso de línguas nativas, como revelam depoimentos dos indígenas da região, sobretudo os do Alto Rio Negro.

A ditadura do Estado Novo, Getúlio Vargas, em 1940, alegando se-

gurança nacional, determinou que nas escolas não se ensinasse outra língua, apenas o português, numa clara resposta às colônias alemãs e italianas, que usavam suas línguas nacionais no ensino primário. Assim o Brasil voltou a ter uma legislação repressiva, que atingiu, não só as línguas européias, mas principalmente as línguas nativas. Esta situação veio se modificar somente com a Constituição de 1988.

Descumprimento da lei

Apesar da iniciativa pioneira da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, a lei que determina a co-oficialização das línguas indígenas *nheengatu*, *tukano* e *baniwa* não é de todo cumprida. Esta é a queixa do vice-presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), o Baniwa André Fernando. Ele afirma que a documentação oficial não está sendo elaborada nas línguas indígenas, assim como avisos e outros expedientes, não só de órgãos públicos, como também de entidades privadas.

Por outro lado, a população reconhece mudanças. Hoje ninguém tem mais vergonha de falar a língua nativa. Seria importante que esta iniciativa histórica não entrasse no rol das “leis que não pegam”. Agora dependerá da população local, na sua maioria indígena, de resgatar a importância dos idiomas nativos na preservação da cultura regional. ■

acontece entre poucas famílias”, relata. Hoje parte dos indivíduos que vivem nas aldeias é assalariada. Eles trabalham principalmente nas escolas e postos de saúde. Outra parte vive do comércio de farinha e frutas.

Essas mudanças são resultados de múltiplos fatores. Para a antropóloga Lux Vidal, que trabalha com os povos indígenas do Oiapoque há 18 anos, as mudanças nas comunidades já acontecem faz muito tempo e sempre foram superadas pelos povos. “Mas nos últimos anos as pressões têm sido tão grandes que os indígenas estão sentindo os impactos de maneira mais forte e isto está alterando a cultura e a vida deles”, esclarece.



Setecentas e onze crianças e adolescentes frequentam a escola indígena da aldeia de Kumarumã

A juventude em foco

Em meio à incorporação de outros aspectos ao modo de vida tradicional dos povos, tem chamado a atenção a mudança no comportamento da juventude indígena. Para os adultos, o acesso à programação televisiva, à internet e aos filmes vistos em DVD, é a principal causa das transformações. “Eles vêem algo num filme e no momento seguinte querem reproduzir aqui na aldeia”, conta Oberto Maciel, diretor da escola de Kumarumã.

“A maioria dos jovens hoje não quer aprender a caçar, flechar um peixe, plantar. Nas aldeias menores, eles participam mais dessas atividades”, relata Creuza Maria Santos, cacique da aldeia Ahumã. Mas o que mais preocupa os pais é a violência e o consumo de álcool e drogas crescente nas aldeias devido ao contato com a zona urbana do Oiapoque e também de Saint Georges, cidade da Guiana Francesa que faz fronteira com o Brasil.

Os sonhos e projeções dos jovens para o futuro são diferentes das ambições das gerações passadas. “Os jovens querem estudar pra entrar no mercado de trabalho”, resume Rubimauro Macial, de 25 anos. “A comunidade tem uma visão diferente da que tinha antes. O jovem tem que estudar. Hoje os pais dão mais importância para que os filhos estudem. Antes os pais achavam que a escola não era garantia de futuro”, complementa Diogo Macial, morador da aldeia Tukay. ■

Os Tupinikim e os Guarani começam a recuperação de sua terra

Povos enfrentam o desafio de recuperar o ecossistema degradado pelo monocultivo de eucalipto

Markus Breuss

Cimi Leste - Equipe Maxakali

Nos dias 15 e 16 de novembro, aconteceu o II Encontro “Replantar nossa Esperança” na aldeia Pau Brasil, em Aracruz, no Espírito Santo. O evento iniciou o processo de recuperação ambiental da terra dos Tupinikim e dos Guarani, devastada por anos de monocultivo de eucalipto, plantados pela empresa Aracruz Celulose.

Após conquistarem sua terra tradicional, que foi declarada como indígena em setembro deste ano, os povos precisam reorganizar e recuperar ambientalmente um ecossistema degradado pelo monocultivo de eucalipto, com os mananciais secos e o solo envenenado pelos agrotóxicos. No encontro, os Tupinikim e os Guarani trocaram idéias sobre recuperação ambiental com outros povos indígenas e comunidades tradicionais.

Participaram do encontro mais de 150 pessoas das sete aldeias Tupinikim e Guarani, além de lideranças Pataxó

(da Bahia), representantes de comunidades tradicionais do Rio Pardo (Minas Gerais) e de várias entidades.

Os Pataxó falaram sobre suas experiências de preservação e recuperação ambiental e sobre as ameaças da empresa de celulose Veracel. Uma estratégia da Veracel para avançar com o monocultivo de eucalipto é tentar cooptar lideranças com oferta de dinheiro.

Os representantes do Cimi Leste apresentaram a experiência Tupinambá da implementação de sistemas agroflorestais e a experiência Maxakali da “Volta da Mata” que, através de práticas agroecológicas, favorece a sucessão natural da floresta. Jovens Tupinikim falaram da experiência do viveiro da aldeia Pau Brasil.

O monocultivo de eucalipto também ameaça a sobrevivência de outras comunidades tradicionais, como os Geraizeiros. As empresas, que plantam



eucalipto para produzir carvão, como a Gerdão, Floresta Minas, Replasa, V & M Florestal e Sidersa ocupam milhares de hectares no norte de Minas Gerais, despejando os moradores das suas áreas. A comunidade Geraizeira Vereda Funda de Rio Pardo de Minas retomou uma área de 6 mil hectares e começou a reflorestar com plantas nativas do cerrado as áreas ocupadas pelo eucalipto.

Os participantes do encontro destacaram que se deve desconstruir os conceitos já pré-estabelecidos de “agricultura moderna” e reconstruir



uma relação amorosa com a mãe terra, respeitando a biodiversidade. Também lembraram que a recuperação ambiental deve ser tratada na educação escolar indígena.

No final do evento, um mutirão com mais de 60 pessoas plantou cerca de duas mil mudas de espécies nativas em dois hectares da terra. No final da tarde, uma forte chuva caiu e todos emocionados lembravam que “Deus - Nhanderu está no nosso lado, estamos no caminho certo!”. ■

Indígenas de todas as idades participaram do encontro e do mutirão de reflorestamento da área degradada

Eucalipto ameaça comunidades e terras do sul da Bahia

Diante de crimes ambientais, organizações pedem suspensão de plantio

Haroldo Heleno

Cimi Leste – Equipe Itabuna

Representantes de movimentos sociais, empresas e do governo da Bahia participaram, nos dias 7 e 8 de novembro, de um seminário que discutiu os impactos da plantação de eucalipto no sul e extremo sul do estado. Após ouvirem denúncias de crime ambiental, as organizações sociais pediram a suspensão do plantio de eucalipto até que se faça um zoneamento econômico-ambiental na região.

O evento, que ocorreu em Porto Seguro, foi organizado pelo governo estadual. O seminário é fruto de reivindicações dos movimentos que há muitos anos denunciam os abusos das empresas que produzem celulose na região (Aracruz Celulose, Suzano e Veracel).

Participaram quase 300 pessoas – sendo a maioria delas representantes de sindicatos, assentamentos e acampamentos rurais, povos indígenas, quilombolas, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Sem Terra (MST), Centro de



Governo não tomou posição sobre as reivindicações dos movimentos sociais

Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (Celedes), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e outras organizações.

No início do evento, técnicos da Secretaria do Meio Ambiente apresentaram dados comprovando que as empresas cometiam irregularidades. Por exemplo, as empresas apresentam em seus documentos reservas ambientais que não existem. O representante

do Ministério Público Federal, Sérgio Mendes, confirmou as denúncias e disse que o MPF já está agindo para impedir esses crimes ambientais.

As plantações também foram criticadas pelo representante dos municípios da região. O secretário do Meio Ambiente de Itapebi disse que a Veracel construiu uma fábrica no lugar onde havia uma vila de moradores na cidade. “As empresas chegam com promessas

de empregos que não são cumpridas”, lembrou.

O padre José Koopmans, que há 20 anos pesquisa a questão do eucalipto na região, falou de outros impactos deste monocultivo, como a expulsão de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas...), o esvaziamento de feiras, as secas de rios e as doenças causadas pelos agrotóxicos. Emocionado, ele cobrou uma posição do governo que deveria levar a sério o clamor do povo.

Além de pedir a suspensão do plantio de eucalipto, as 35 organizações sociais presentes encaminharam diversas reivindicações ao governo como demarcação de terras indígenas e quilombolas na região, reforma agrária e incentivos à agricultura familiar.

No documento, as organizações afirmaram “o governo não tem condições humanas nem físicas para garantir um ambiente sustentável para a geração de hoje e do futuro, pois tem apenas 20 técnicos ambientais para todo o estado da Bahia”. ■



Educação indígena é educação popular?

A indagação foi o ponto de partida para a reflexão entre os missionários do Cimi no Mato Grosso que participaram de encontro sobre educação

Beth e Eunice

Cimi – Regional Mato Grosso

O encontro aconteceu entre os dias 23 e 27 de outubro com a assessoria de Renato Pontes Costa, educador popular do Rio de Janeiro. Éramos 20 participantes de diversas equipes, trabalhando com diferentes povos, dentro e fora de sala de aula. O que nos inquietava era: *Qual é hoje o nosso papel de educadores, junto aos professores e no contexto de cada comunidade?*

Para responder a pergunta, Renato propôs um mergulho em nossa vida, em nossa história, na mística que motivou nossa opção e nos incentiva a continuar hoje. Cada participante escreveu e partilhou o resultado desse olhar sobre si e a apresentação criou laços fortes entre o grupo. “Às vezes convivemos há tanto tempo, e, na verdade, não nos conhecemos!”, essa constatação e a socialização de nossas identidades foi uma surpresa interessante e cativante.

A partir dessa dinâmica, partimos para a construção conjunta de uma linha de pensamento entre a história da educação popular e a história do Conselho Indigenista Missionário, com suas convergências e diferenças. Na medida em que íamos construindo essa linha e descobrindo elementos dessa história comum, fomos percebendo a inter-relação entre a educação popular e a educação indígena, e como elas se interpelam e se complementam.

A mística facilitou a compreensão conjunta sobre a educação popular



Fotos: Gilberto Vieira

Renato nos apresentou uma publicação organizada pelo Sapé (Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação – RJ), denominada BAM (Banco de Ajuda Mútua). Composto por um conjunto de textos elaborados pelos próprios formadores, o BAM aborda diversos temas e serve como material de consulta para a formação dos formadores. Fomos convidados a também produzirmos os nossos textos e surgiram produções originais nos mais diversos tipos de discurso, que



recuperaram a história e as experiências nas equipes.

A leitura coletiva dos textos nos levou a refletir sobre a importância da publicação de materiais produzidos pe-

los formadores e pelos próprios povos indígenas. O encontro e as reflexões nos deram a certeza de que a oficina foi um intenso momento no qual reafirmamos que todos somos formadores e formandos, pois aprendemos com a experiência dos outros e também sempre temos a contribuir com algo.

A partir das reflexões, foram colocadas atuações importantes a serem assumidas ao longo do próximo ano: a retomada dos encontros anuais de educação no regional MT; a estruturação e dinamização do processo da educação no regional, começando pelo compromisso de coordenar a produção de material; e o acompanhamento nos

processos formativos. Para este último ponto foram tiradas as ações de implementar iniciativas locais de formação, que serão matéria para o encontro de outubro de 2008, e programar para junho de 2008 um encontro de professores indígenas.

Saímos convencidos de que a educação indígena, a partir da própria tradição dos povos, traz em si prin-

cípios da educação popular e vice-versa: a educação popular se caracteriza por elementos que poderíamos identificar como constitutivos da pedagogia dos povos indígenas. ■

Povo Apolima-Arara tem suas terras invadidas

O conflito entre indígenas e não-indígenas no rio Amônia, Acre, se arrasta há nove anos

Cimi

Regional Amazônia Ocidental

A situação de conflito entre indígenas e não-indígenas no Rio Amônia, alto Juruá, município de Marechal Taumaturgo, no Acre, está cada vez mais explosiva.

Desde 1998, um grupo de Apolima-Arara (Arara do Amônia) iniciou uma luta pela regularização fundiária de sua terra. Em 2003, a Fundação Nacional do Índio (Funai) divulgou um relatório atestando que a área reivindicada era terra tradicional daquele povo.

Ocorre que a mesma terra é disputada por indígenas, moradores da Reserva Extrativista e parceiros do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ao longo desses anos, aconteceram muitos casos de violência contra os indígenas, sem que nenhuma medida fosse tomada no sentido de evitar outros conflitos de proporções ainda maiores.

No dia 25 de outubro, um senhor de nome Adailson, supostamente e segundo ele mesmo, com autorização do Ibama, resolveu levar a cabo uma de suas promessas: invadir a terra indígena e construir lá uma casa para morar.

A reação dos índios foi de atear fogo na casa do invasor enquanto ainda não havia moradores. No dia 26, quatro policiais federais foram até o local na companhia de mais cinco soldados do

Exército Brasileiro para constatarem o ocorrido e tentar apaziguar os ânimos.

No mesmo dia, os policiais tomaram depoimento de Francisco Siqueira Arara, cacique do povo e José Ângelo, importante liderança do povo. A Funai em Rio Branco foi comunicada dos fatos.

O que torna a situação ainda mais grave é que há nove anos esse conflito vem se arrastando e Ibama, Funai e Incra não se entendem e não tomam as medidas necessárias. A comunidade, o movimento indígena e entidades de apoio, especialmente o Cimi, têm denunciado sistematicamente o descaso das autoridades, mas parece não surtir efeito. Os Apolima-Arara encontram-se

praticamente entrancheados aguardando retaliações, já que os não-índios prometeram reagir.

Após o acontecimento, o Ministério Público Federal no Acre entrou com ação civil pública com pedido de liminar contra o Incra, a Funai e a União para garantir que índios da etnia Apolima-Arara tenham direito a permanecer em suas terras localizadas às margens do rio Amônia. Segundo a ação, a Funai já tem dois laudos antropológicos que reconhecem a tradicionalidade do povo Apolima, existente desde a primeira metade do século 20, e que afirmam que o povo fixou sua tradição e cultura na área que hoje é alvo do conflito. ■

Lideranças indígenas contestam a municipalização do atendimento à saúde

Povos do Pará reivindicam a revogação de portaria da Funasa que define repasse dos recursos

Paulo Dutra
Cimi Regional Norte II

A portaria 2.656 que define o repasse de recursos do atendimento à saúde indígena para as redes municipais foi um dos principais assuntos tratados no Encontro de Gestão, Participação e Controle Social realizado em Belém, de 26 a 30 de novembro. Desde que foi publicada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em 18 de outubro, a portaria tem causado protestos dos povos indígenas em cidades como Belém e Manaus.

Vários indígenas presentes ao encontro reafirmaram sua posição de reivindicar junto ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a revogação da portaria. Uma das argumentações é que a portaria não foi discutida de forma eficiente com os povos indígenas.

Os recursos destinados à saúde indígena vêm de duas fontes: a primeira é o repasse da Funasa para as Organizações Não-governamentais (sejam indígenas ou não) conveniadas e a outra é o recurso proveniente da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS). É este recurso da SAS que está sendo questionado pelos indígenas.

No encontro realizado em Belém, o Fórum dos Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena, juntamente a lideranças indígenas presentes, exigiram alguns procedimentos com relação à portaria 2.656. Eles pediram que fossem respeitadas as deliberações da 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena e da 13ª Conferência Nacional de Saúde que aprovaram a autonomia administrativa e financeira dos Distritos de Saúde Especiais Indígenas (DSEIs). Essa decisão transforma os DSEIs em unidades gestoras. Outra proposta reivindicada pelas lideranças indígenas é a criação de um Fundo Distrital de Saúde Indígena proposto e encaminhado na 13ª Conferência Nacional de Saúde, sendo que o gerenciamento e a contratação dos profissionais de saúde ficaria a cargo dos DSEIs.

A Funasa diz que com a portaria 2.656 quer regulamentar o repasse que já é feito desde 1999 para as prefeituras onde há comunidades indígenas. Para os indígenas, este seria o recurso que, ao invés de ser repassado às prefeituras, iria para o Fundo Distrital de Saúde.

Em reunião realizada no Ministério da Saúde, no dia 20 de novembro, entre o ministro da saúde, José Gomes Temporão; o presidente da Funasa, Danilo Forte; os deputados Zé Geraldo (PT/PA) e Paulo Rocha (PT/PA) e lideranças indígenas do Pará e Mato Grosso, o ministro afirmou que estaria aberto o canal de comunicação para receber as sugestões dos indígenas na intenção de melhorar a portaria.

Os povos indígenas esperam que o ministro José Gomes Temporão receba e respeite as decisões tiradas no encontro realizado em Belém. ■



Bolívia

Indígenas propõem a constitucionalização de seus direitos

A Bolívia é o primeiro país a elevar à categoria de lei a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas aprovada pela ONU

No dia 7 de novembro, o presidente Evo Morales, em um ato especial onde participaram líderes e organizações indígenas da Bolívia, elevou à categoria de Lei a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas pondo em vigor os direitos nela estabelecidos.

Na cidade de La Paz, no Palácio de Governo, houve uma festa multicultural, na qual representantes dos povos indígenas manifestaram sua satisfação com a medida assumida. Ramiro Galindo, indígena Yuracaré - Mojeño, representante da Coordenação de Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), aprovou a promulgação, “pois garante o respeito aos direitos dos povos indígenas especialmente aqueles temas conflitantes como a autonomia indígena, o acesso e controle dos recursos naturais que se encontram em nossos territórios, o direito à consulta e consentimento que foram parte fundamental da luta e propostas do movimento indígena”.

Assim, a CPESC considera que a vigência da Declaração se converte em um claro sinal para que a Assembléia Constituinte inclua na nova Constituição política do Estado os direitos dos povos



indígenas. Galindo, a respeito, disse que farão “tudo que for necessário para que na nova Carta Magna exista um artigo no qual se estabeleça que todos os pactos e convênios internacionais favoráveis aos direitos humanos e direitos dos povos indígenas sejam diretamente incluídos, vinculantes e aplicáveis à normativa legal do país”.

Carlos Cuasase, senador indígena do povo Chiquitano, que promoveu na Câmara de Senadores a aprovação da Declaração, disse que “agora aqueles partidos políticos e grupos conservadores que desconhecaram e tornaram vulneráveis nossos direitos têm

que aceitar o que estabelece a declaração e colocar na nova Constituição; e deixar de acusar nossas propostas de ilegais; a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas foi reconhecida pelas nações do mundo”.

Para Galindo e Cuasase, os povos indígenas, junto com suas organizações, têm daqui para frente o desafio de chegar às comunidades e difundir o que se alcançou com a promulgação da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. “Essa conquista deve ser informada a todos os povos e comunidades indígenas para que façam respeitar seus direitos e essa lei não seja mais uma, e sim uma realidade”, disse o senador Cuasase.

A declaração da ONU – aprovada depois de 20 anos de debates e apesar da oposição da Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos –, reconhece o direito que os 300 milhões de indígenas no mundo têm à autodeterminação e estabelece para eles padrões globais de direitos humanos. (Fonte: Agência Intercultural de Notícias Indígenas - AINI) ■

Ameríndia

Povos indígenas durante Fórum Social em Cochabamba, 2006, na Bolívia

A educação escolar dos Karitiana

Professores indígenas utilizam a escola como espaço de aprendizado e valorização da sua cultura

Emilia Altini

Cimi – Regional Rondônia

O estado de Rondônia é tido ainda como o berço dos povos Tupi, por se encontrar nele a maior diversidade de membros desse tronco étnico. Os escritos relatam que os primeiros contatos com o povo Karitiana aconteceram no século 18 e início do século 19. O encontro dos indígenas com os seringueiros resultou em mudanças do seu habitat tradicional, bem como na redução dos membros das comunidades indígenas.

O contato dos Karitiana ocorreu primeiramente por intermédio dos religiosos e do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Hoje o povo Karitiana ocupa uma área de 89.698 hectares, localizada no município de Porto Velho, em Rondônia. Na sua composição, predomina uma população jovem. Pela classificação

lingüística, o povo pertence ao troco Tupi da família Arikém e a língua falada é o Tupi Arikém. Atualmente são os únicos representantes desta família.

Os Karitiana tinham como costume tradicional morar numa grande maloca, de forma redonda, coberta de palha e era comum mudar a aldeia de local, podendo depois de muito tempo retornar a um dos espaços já habitados por eles. Os mais velhos relatam que antigamente possuíam clãs. Hoje as habitações são em casas individuais, porém agrupadas por laços familiares. Ainda preservam a posição tradicional da liderança religiosa, o pajé, e da liderança denominada cacique.

Língua indígena

O povo Karitiana sempre se comunicou e ainda hoje se comunica em Tupi Arikém. A língua é falada no cotidiano da aldeia, nas reuniões internas da

comunidade, nas relações familiares e com o mundo dos espíritos, durante a prática de esportes e brincadeiras, nas festas tradicionais, ritos e canções. Em todos esses momentos ela é repassada de geração a geração. O português é falado nas relações com os não-índios e também na comunicação com membros de outros povos ou quando se deslocam para a cidade.

Educação escolar

O trabalho mais sistemático na educação escolar se deu a partir de 1990, quando as lideranças começaram a participar de cursos e encontros de formação na área. Em novembro daquele mesmo ano, participaram do primeiro encontro de professores indígenas de Rondônia, onde reivindicaram uma escola bilíngüe e intercultural.

Em 1992, a comunidade Karitiana definiu a abordagem da educação es-

colar com a inclusão da alfabetização e a produção de materiais didáticos na língua materna e o desenvolvimento da oralidade, escrita e leitura em português. Também foram incluídos no currículo escolar temas relacionados à saúde, agricultura e conhecimentos de mecânica.

A educação escolar indígena na comunidade Karitiana foi construída aos poucos. No início havia apenas dois professores indígenas e uma professora não indígena. Nesse processo de desenvolvimento educacional, os Karitiana vivenciaram em várias dimensões a perda de alguns costumes, ritos e mitos e a interferência de outras culturas, que levaram novos valores à comunidade causando questionamento sobre a identidade do povo.

O sistema educacional implantado exigiu uma nova forma de organização da comunidade, mas não impediu a luta pela terra. Para os povos indígenas, garantir a terra é uma conquista que ultrapassa o espaço físico e geográfico. Junto à terra estão presentes elementos de várias dimensões como o direito à liberdade, auto-sustentação, cultura e tradição.

O interesse pelos costumes tradicionais como a língua materna ajudou a comunidade a despertar o desejo de lutar por seus direitos, especialmente pela ampliação do território indígena onde estão localizados os espaços sagrados. Isso ocorreu a partir de 2005, ano em que os indígenas retomaram um destes lugares sagrados e exigiram da Fundação Nacional do Índio (Funai) a criação do Grupo Técnico (GT) para identificação do território tradicional.

Educação hoje

Atualmente está sendo implantado o segundo seguimento do ensino fundamental na comunidade e tudo o que se refere aos saberes da cultura indígena é implementado pelos Karitiana. A partir do depoimento dos mais velhos se reconstrói a memória histórica e cultural do povo, tornando as tradições vivas e presentes e reanimando os mais jovens a valorizar sua identidade cultural.

Os professores elaboram junto à comunidade materiais didáticos por meio de pesquisas e participam de assembleias. No momento, prosseguem os estudos gramaticais da língua materna, o que já trouxe como resultado a elaboração de uma cartilha para alfabetização, com narrativas de histórias antigas e um dicionário. ■

Professores durante a colação de grau do magistério indígena e criança Karipuna aprende a língua nativa



Depoimento de um professor Karitiana

Me chamo **Inácio Karitiana** e na língua materna Pio'am Karitiana. Nasci na aldeia Kyowã em 1978 e quando estava com sete anos fui matriculado na escola da aldeia. Mesmo antes de estar na sala de aula, aprendi com o meu pai e minha mãe tudo sobre a nossa realidade: história, cultura, costumes, tradições e crenças. Quando comecei ir para a escola a professora não era indígena e só ensinava as disciplinas convencionais. Não ensinava nada sobre a nossa cultura.

Mesmo quando estava estudando essas disciplinas, meus pais continuavam me ensinando a caçar, pescar, fazer roça, plantar e colher. Tudo isso da nossa cultura eu aprendi na escola da minha família.

Em 1997 comecei a trabalhar como professor de alfabetização. Primeiramente trabalhei como voluntário e com um ano fui contratado. Em seguida fiz o curso Projeto Ensinar na Amazônia que durou seis meses. Porém, nenhum de nós, professores, conseguiu concluir o ensino médio, porque a gente tinha



muita dificuldade de entender as explicações. Em outro momento, participei do Projeto Açaí Magistério Indígena, quando concluí o ensino médio. Hoje continuo sendo professor da minha comunidade. Ser professor é ser pesquisador da história do meu povo.

Prêmio Culturas Indígenas 2007

Edição Xicão Xukuru aumenta número de selecionados e valor da premiação

Cem iniciativas serão premiadas nesta edição que homenageia a liderança Xicão Xukuru. O Prêmio Culturas Indígenas é um projeto da parceria entre o Ministério da Cultura e a Associação Guarani Tenonde Porã para incentivar a produção cultural indígena. A idéia do prêmio é trazer para o primeiro plano as iniciativas culturais desenvolvidas coletivamente nas comunidades e compartilhá-las com a sociedade civil através de um livro. Cada comunidade selecionada receberá 24 mil reais.

Xicão Xucuru - O cacique Xicão Xukuru integrou as delegações indígenas nos trabalhos da Constituinte no período de 1987 a 1988. Sua militância levou à reorganização do povo Xukuru em ações de retomada do território tradicional e de busca pela demarcação das terras. Em maio de 1998, Xicão foi assassinado a tiros na cidade de Pesqueira, Pernambuco.

Prêmio - Podem concorrer comunidades indígenas do Brasil que vivem em aldeias ou em áreas urbanas e organizações indígenas com representatividade nas comunidades. As inscrições se encerram em 7 de janeiro de 2008. Para se inscrever é necessário preencher o Formulário de Inscrição e encaminhar com a Declaração de Apoio da comunidade à iniciativa inscrita e a Declaração de Garantia de Direitos Coletivos, todos presentes no manual de orientações, para o endereço: Prêmio Culturas Indígenas 2007 - Caixa postal 8572-X - SHS quadra 2, bloco B - Cep 70.312-970 - Brasília/DF.

Mais informações:

www.premioculturasindigenas.org

Tapura Irantxe e Xinüi Mÿky

Elizabeth Amarante
Cimi Regional Mato Grosso

O Povo Mÿky perdeu nos últimos meses dois grandes esteios de sua sabedoria tradicional. No dia 28 de setembro de 2007 partiu Tapura, o velho Irantxe “capitão José”, que em 1971 encontrou os Mÿky. Já em 12 de outubro, outra perda abalou a comunidade: o querido Vovô Xinüi de mais de 100 anos, único sobrevivente do massacre do Tapuru, se apagava de mansinho. Na saudade e na dor dessas perdas tão significativas vários Mÿky expressaram suas lembranças e testemunhos.



Foto: Arquivo Cimi

Testemunho sobre o Vovô Xinüi

“Queremos contar um pouco do vovô. Vovô era “um dicionário” porque era a sabedoria, a história do povo Mÿky. Vovô levou a história embora junto com ele. Ele foi o agente principal dessa história. Ele conhecia a história desde o começo, desde o massacre do Tapuru e só ele sabia como os dois povos - os Irantxe e os Mÿky - se separaram.

Os mais velhos estão deixando nós! O que é pior, estão levando toda a sabedoria. Vovô Xinüi levou muita coisa dentro de si, muita coisa importante para nós. Por isso que nós demos o nome dele para a nossa escola. Nossa escola se chama Escola Indígena Estadual Xinüi Mÿky. Escolhemos o nome do velho vovô Xinüi porque é dos velhos que os novos aprendem. Vovô é o primeiro dono da terra e ele continua a ensinar nossa história de antigamente e nosso caminho pra frente.

Cabe a nós agora rememorar essa história. É importante para nós jovens continuar tudo com muita dedicação. Temos que reconquistar as nossas celebrações, os nossos rituais, as músicas, a alegria, juntamente com os velhos que ainda estão aqui. Os dias e as horas daqui pra frente serão poucos para salvarmos uma boa parte de nossa vida.

Agora nosso Vovô Xinüi foi lá para a casa de Nahi, mas ele continua vivendo em cada momento de nossa vida e em cada um de nós!”

Aldeia Japuira - povo Mÿky

Testemunho sobre Tapura

“Tapura foi um ‘histórico’ do nosso povo. Se não fosse ele que tivesse encontrado nosso povo, hoje a gente nem existia. Tapura foi guerreiro corajoso, enfrentou os brancos, lutou muito por nossa terra e por isso, hoje, nossa terra é homologada. Ele falava pra criança: presta atenção, tem que aprender a fazer flecha, pra enfrentar inimigo e lutar pela terra.

Ele tinha muitos conhecimentos dos antigos, do tempo que branco ainda não tinha chegado, quando não tinha os problemas de hoje e não tinha doença de agora. Ele tocava a katêtiri e dançava jakuwy, só ele sabia inteiro e ele falava pra nós: tem que aprender, não pode perder. Mas nós só sabemos pedaços...

Ele sabia a medicina tradicional. Fazia arco, flecha, cocar e todo artesanato nosso. Tapura organizava derrubada de roça e caçava para oferecer para a jéta que é o ritual sagrado.

Ele contava muita história de antigo e sabia os cantos dos bichos. Tapura nunca tinha tristeza, sempre alegre, brincalhão, animando todo mundo. Agora Tapura foi lá em cima, na casa de Nahi. Temos de lembrar dele e continuar nossa tradição e rituais para nossa comunidade ficar forte, com saúde, vivendo nossa cultura”.

Aldeia Japuira - povo Mÿky

Crianças Myky simbolizando a vida. Segundo a cultura Myky, não se pode usar a imagem de uma pessoa após sua morte

Assine o PORANTIM



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço: SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 40,00

*Ass. de apoio: R\$ 60,00

América Latina: US\$ 25,00

Outros países: US\$ 40,00

* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Solicite sua assinatura pela internet: adm.porantim@cimi.org.br

A gleba me transfigura
Sou semente, sou pedra
Pela minha voz cantam todos os pássaros do mundo

Sou a cigarra cantadeira de um longo estio que se chama vida
Sou a formiga incansável, diligente, compondo seus abastos

Em mim a planta renasce e floresce, serpenteia e sobrevive
Eu sou o velho paiol e a velhatulha roceira
Eu sou a terra milenária, eu venho de milênios
Eu sou a mulher mais antiga do mundo
Plantada e fecundada no escuro ventre da terra

(Cora Coralina)

O Cimi deseja um feliz Natal
e um Ano Novo de paz!



APOIADORES

HORIZONTE 2000



UNIÃO EUROPEIA

PORANTIM

Dezembro-2007 | 16